

A modernização e a instrução pública na segunda metade do século XVIII*

Adriana Mello Guimarães**

Resumo: O texto trata da modernização da educação luso-brasileira que decorreu no século XVIII, implementada pelo Marquês de Pombal e que significou, acima de tudo, uma mudança de pensamento dos dois lados do Atlântico.

Palavras-chave: Modernização. Educação. Reforma. Portugal. Brasil.

Conhecer a natureza através da razão é como conhecer as leis que Deus criou e inscreveu tanto naquela quanto na alma humana, possibilitando assim a correspondência do pensamento com a realidade. (REAL, 2010, p. 207)

O conceito de modernização (CERQUEIRA, 2013) envolve uma relação tensional e ambígua entre uma tradição cultural estabelecida ao longo de séculos, cujos costumes, crenças, gostos e modos como que se naturalizam no homem por força do mecanismo de sua própria regularidade, e a condicionalidade histórica, que pode levar esse mesmo homem a sentir, pensar e emocionar-se de maneira diferente, em função da liberdade que pode experimentar ao corrigir-se e aperfeiçoar-se, tanto do ponto de vista intelectual quanto moral. Vários autores, como Edgar Morin, Marshall Berman ou Giddens¹, associam a modernidade ao desenvolvimento da sociedade capitalista-industrial, altura em que são desprezadas as concepções religiosas e místicas, para basear a regulação do comportamento na racionalidade. Interessante é constatar que, na sua obra *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas (2010) discute o problema como um projeto inacabado, mas localizado no tempo, sendo o

* N. R. Manteve-se, no artigo, a grafia do português europeu.

** Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e Mestre em Estudos Lusófonos e Doutoranda em Literatura pela Universidade de Évora (Portugal). Professora da Escola Superior de Educação de Portalegre (Portugal). (E-mail: adrianamello@netvisao.pt).

¹ O sociólogo Giddens, em *Modernidade e identidade* (2002), traça um quadro e explica-nos que, na sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição, pela *localidade*. Com a modernidade, há um romper com práticas e preceitos preestabelecidos, o que enfatiza o cultivo das potencialidades individuais e consagra ao indivíduo uma identidade “móvel”, mutável: os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma multiplicidade de opções. É nesse sentido que, na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois onde não existe mais a referência da tradição descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades, de escolhas. Para Giddens (2000), uma característica marcante da modernidade é o seu dinamismo.

início da época moderna marcado por três eventos históricos: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa.

Enfim, a tentativa de compreender e explicar os principais contornos da modernidade e da modernização foi trabalhada por vários teóricos, em diferentes domínios. No entanto, é impossível não reconhecer a existência de um campo de pensamento comum: a noção da modernidade significou a emergência de novos valores e atitudes, de modos de vivência do tempo, do espaço, da organização da vida política e moral, o surgimento de novas instituições e de uma nova forma de assimilação do espírito científico. É nesse sentido que pretendemos abordar a reforma dos estudos que ocorreu no século XVIII.

Este fervilhar de ideias novas toca Portugal de forma muito especial. Mas como é que esta vaga de modernização chegou a Portugal e, por extensão, ao Brasil? Antes de mais, cabe assinalar a relação de reciprocidade única e exclusiva entre as culturas portuguesa e brasileira a partir de uma tradição filosófica comum — o aristotelismo conimbricense² (CERQUEIRA, 2002).

Em Portugal, o conflito ideológico entre “antigos” e “modernos” decorreu entre o século XVII até as reformas pombalinas do século XVIII. Ora, a recusa portuguesa da ideia de modernização assume características quer de ordem socioeconómica, quer de carácter mental, quer de natureza cultural. Afinal, no século XVII, “enquanto a filosofia prolongava uma temática e uma metodologia ainda escolástica, a ciência estava praticamente ausente das preocupações da inteligência portuguesa de então” (SERRÃO, 1989, p. 27). Sublinhe-se um argumento utilizado para afirmar que, em Portugal, antes da reforma pombalina, se vivia um ambiente de inércia científica: tudo se devia ao facto de as obras de Galileu, Descartes, Newton e outros se encontrarem oficialmente (a meio do século XVIII) interditas ao ensino. Assim, assumindo um absolutismo que pretende iluminado pela clarividência da razão, D. José I delega a Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, toda a autoridade necessária à modernização do país.³

² O aristotelismo conimbricense consiste não só no propósito de fidelidade a Aristóteles, mas também contra a doutrina de Lutero assumida pelos teólogos da Reforma, no propósito de conciliar a teologia tomista e a exigência humanística do livre-arbítrio da vontade humana.

³ Recorde-se que D. João V morreu em 1750, e o seu sucessor, D. José (1750-1777), escolheu o novo governo. Para a Secretaria dos Estrangeiros e Guerra e para a “aritmética política”, escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo, que já passava dos 50 anos e regressara da corte austríaca, onde desempenhara uma apagada representação diplomática. Antes disso, fora, durante vários anos, representante português em Inglaterra. Era formado em Direito por Coimbra e estava ligado aos meios literários, visto que foi sócio da Academia Portuguesa de História, onde prestou uma colaboração curta. Era um homem mal aceite pela nobreza antiga. Ele era fidalgo de cepa provinciana, de uma família onde predominavam magistrados e que ganhara o dinheiro para construir em Lisboa um palácio (na atual Rua do Século) onde o estadista nasceu. Depressa Sebastião de Carvalho e Melo dominou

Com a subida do Marquês de Pombal ao poder, deu-se a mais séria tentativa de modernizar Portugal. Pombal fê-lo apoiado na centralização absolutista do poder, na separação em relação à Igreja (expulsão dos jesuítas⁴) e na criação de grandes monopólios capitalistas, que colocou nas mãos da alta burguesia. O Estado passou a ser o motor da sociedade. Além disso, procedeu à reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755, convertendo-a em cidade moderna e geométrica. As alterações introduzidas no ensino foram grandes: em 1772, levou a cabo uma ousada reforma da Universidade e socorreu-se do apoio de muitos estrangeirados iluministas.

1 O novo ideal de educação

Não cabe aqui enumerar todas as medidas pombalinas, nem realizar nenhuma incursão sobre as múltiplas facetas de Sebastião José de Carvalho e Melo.⁵ Afinal, a sua obra foi muito vasta e a sua personalidade polémica. Apenas assinalamos que as linhas gerais da reforma abrangeram a reorganização das estruturas do Estado, o fomento económico e a remodelação dos métodos e das instituições de ensino.

O que, no entanto, pretendemos de facto enfatizar é que, pela mão do Marquês, decorreu uma grande remodelação na educação. Afinal, as reformas do ensino tornaram-se urgentes com a expulsão dos jesuítas, porque eram eles que asseguravam, nos seus colégios, tanto no Brasil como em Portugal, a instrução. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. É importante assinalar que a reforma pombalina no Brasil não foi implementada da mesma forma que em Portugal. No Brasil, podemos considerar que existiam duas formas de ensino: por um lado, o recurso aos mestres particulares; por outro, a educação que, a par do catecismo, se proporcionava às populações indígenas aculturadas.

outros ministérios. Em 1759, o rei promoveu-o à alta nobreza, com o título de Conde de Oeiras. Posteriormente (1770), foi nomeado Marquês de Pombal. A figura do Marquês de Pombal é uma das mais controvertidas da história portuguesa. Foi-o ainda em sua vida. Na base desta polémica estão as antinomias fundamentais que se estabelecem entre tradição e inovação e entre tirania e liberdade. Quando o rei D. José morreu e a rainha D. Maria I subiu ao trono, em 1777, o Marquês foi afastado do seu trabalho na corte.

⁴ O Marquês de Pombal foi, sobretudo, hábil na eliminação das forças que se opunham (ou que poderiam se opor) ao exercício do seu poder. De facto, em 1758, ocorreu um atentado contra a vida do rei. Tal facto serviu de pretexto para uma vasta repressão. A Companhia de Jesus foi considerada implicada no atentado. Os jesuítas tinham então uma vasta influência política: eram os confessores do rei e de toda a família real e eram igualmente mentores de toda a gente nobre. Foram expulsos do país e dos domínios ultramarinos e os seus bens confiscados.

⁵ Cf. Franco e Rita (2004).

Nos dois lados do Atlântico, como constata Miguel Real, a Igreja Católica possuía um grande poder sobre a cultura e a mentalidade e convertia um fervor mais “supersticioso do que religioso” (REAL, 2006, p. 12). No entanto, o mesmo autor refere a existência de outras realidades.⁶ Afinal:

As ideias “modernas” ou “europeias” iam reformisticamente fazendo a sua entrada em Portugal, não só através dos congregados de São Filipe de Nery⁷ (que Pombal perseguirá furiosamente depois de 1760) como, inclusivamente, através dos padres jesuítas, como a obra de Inácio Monteiro⁸ e a revelação por Banha de Andrade do *Elencus Quaestionum* do Colégio das Artes demonstram. (REAL, 2006, p. 13).

De certa forma, as ideias defendidas por Miguel Real vão ao encontro do pensamento de Laerte Ramos de Carvalho (1978), que procura caracterizar as reformas como um denominador comum de opinião dos homens que as produziram e não como expressão de um único ministro. Para Ramos de Carvalho, mais do que um programa pedagógico, as reformas pombalinas são expressão de um período histórico. Ou seja, Pombal, identificando os interesses do Estado com a visão reformista oratoriana da “filosofia moderna”, condenou e proibiu a visão aristotélica-tomista tradicional da Igreja e dos jesuítas,⁹ impôs o sentido pedagógico-doutrinário e determinou o que se deveria ler. Desse modo, modificou-se profundamente o ensino.

2 A reforma dos estudos

Cabe, então, lançar um olhar mais atento sobre as reformas educacionais. Em Portugal, em 1759, foram extintas as escolas da Companhia de Jesus. De assinalar que os jesuítas

⁶ Ao afirmar que a Igreja Católica detinha um poder político e institucional desproporcionado, Miguel Real aponta que essas situações foram hipervalorizadas por Pombal para ocultar outras realidades, pois existem estudos que dão conta da entrada de novas ideias em Portugal.

⁷ Segundo pesquisadores, o impulso científico dado pela Congregação de São Filipe de Nery teria marcado o segundo grande momento da filosofia portuguesa.

⁸ Inácio Monteiro (1724-1812) entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Évora, a 8 de fevereiro de 1739, com 15 anos de idade. Os seus estudos de Filosofia devem ter começado no ano escolar de 1741-1742, após ter terminado o seu biénio de noviciado. Para além da Filosofia, ainda em Évora, Inácio Monteiro estudou Ciências Naturais e Matemática, assuntos a que viria dedicar a vida inteira, quer como professor, quer como escritor e pensador. A evolução de Inácio Monteiro deu-se no sentido da afirmação do ecletismo em que se fazia uma apreciação dos pensadores antigos, modernos e contemporâneos. O seu pensamento científico tomava como critério de investigação a experiência e a observação, abandonando o argumento da autoridade dos autores, para optar pelos métodos da Ciência Experimental e da Matemática. Disponível em: <<http://nautilus.fis.uc.pt/mocho/local/local/unfinished/teses/1Parte/Cap.2/cap2-5/cap2-5.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

⁹ A expulsão dos jesuítas de Portugal, em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, foi seguida pela França, pela Espanha e pelas demais cortes borbônicas, até chegar à própria extinção da Companhia, pelo Papa Clemente XIV, em 1773. À data da sua expulsão e extinção, a Companhia de Jesus era a maior ordem religiosa da Igreja Católica, tendo quase o monopólio do “ensino secundário” e dirigindo múltiplas universidades.

detinham 34 colégios e 17 residências em Portugal. No Brasil, possuíam 25 residências e 17 colégios e seminários. Ora, segundo Maxwell (2001, p. 122), ao implementar a reforma no ensino, Pombal tinha três grandes objetivos: colocar o ensino sob a tutela do Estado, secularizar a instrução e uniformizar os programas. Nessa circunstância, a escola, essencialmente nas colônias, em vez de servir à conversão da fé católica, deveria servir aos fins do Estado.

Uma das primeiras instituições escolares criadas por Pombal foi denominada “Aula do Comércio”, e os seus estatutos datam de 19 de abril de 1759. Existia uma fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais, e esta instituição, de carácter técnico, visava colmatar tal falha.

A 6 de julho de 1759, foi criada a figura do Diretor Geral dos Estudos, para nomear e fiscalizar a ação dos professores, enquanto a Real Mesa Censória (que surgiu com o alvará de 5 de abril de 1768) passa a examinar e fiscalizar os livros e os papéis que circulavam no reino. Em 1772, foi constituído o chamado “subsídio literário”,¹⁰ que proporcionou as bases financeiras para pagar o funcionamento do sistema escolar. Esse imposto, na metrópole e nas ilhas, estava assente na produção de vinho e aguardente. Na Ásia e no Brasil, a taxa advinha da produção de carne e aguardente.

Surge um novo ideal na educação: nobre será o que estudar. Assim, em 1761, foi criado, em Lisboa, o Colégio dos Nobres.¹¹ Destinava-se aos alunos de nascimento distinto e que tinham proteção régia. O ensino previa aulas de Latim, Grego, Retórica, Lógica, Poética, línguas vivas (Francês, Italiano e Inglês), equitação, esgrima e dança. Não faltavam os estudos científicos, como a Matemática, a Física, a Arquitetura e o Desenho. No Brasil, foram fundados, um pouco mais tarde, o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (1798) e o Seminário de Olinda (1800), ambos criação de D. Azeredo Coutinho, aluno e professor da reformada Universidade de Coimbra.

¹⁰ Esse imposto recolheu verbas consideráveis. Um nome que está associado a esse imposto é o do frei Manuel do Cenáculo (nasceu em Lisboa, em 1724; morreu em Évora, em 1814). Manuel do Cenáculo colaborou na presidência das Juntas da Providência Literária, na Real Mesa Censória e na Junta do Subsídio Literário. Também desempenhou um importante papel como reformador dos Estudos Terceiros em Portugal. Deve-se-lhe ainda a criação de muitas bibliotecas e o enriquecimento de outras já existentes (Biblioteca Pública de Évora, à qual dá um regulamento modelar; a do Convento de Jesus em Lisboa, atualmente Biblioteca Nacional) e ainda a instituição de academias culturais (em Beja, Évora, Lisboa). Tais diretrizes correspondiam, aliás, às linhas culturais mestras do seu ideário iluminista, cuja execução prosseguiu incansavelmente até à morte, ocorrida quando já era arcebispo de Évora.

¹¹ A criação do Colégio dos Nobres foi aconselhada por Ribeiro Sanches (carta de Paris, datada de 19 de novembro de 1759).

Em 1772, foi divulgada a lei que instituía os mestres de ler e escrever. A ideia principal é a de que a cultura deve ser administrada de acordo com o que cada um virá a exercer. Ou seja, aos que se irão ocupar da agricultura e das artes fabris não é necessária escolaridade. No entanto, os que vão exercer funções mais elevadas serão divididos em dois grupos: aqueles para quem é suficiente ler, escrever e contar; e aqueles que devem prosseguir os estudos para chegar à universidade. Para esses, é criado um ensino secundário constituído por Gramática Latina, Grego, Retórica e Filosofia.

Ainda em 1772, foram promulgados os novos estatutos da universidade. A reforma pombalina foi radical tanto pelo que respeita ao planeamento dos cursos como pela alteração dos métodos de ensino e da filosofia que lhe devia presidir. Foi feita com uma preocupação racionalista e experimentalista, com a introdução do ensino das Ciências Naturais, da Física Experimental e da Química, e com a criação dos primeiros laboratórios e do primeiro hospital escolar. Para que essa reforma do ensino superior pudesse ser executada, o Marquês reuniu um grupo de homens e congregou-os oficialmente numa Junta, denominada Junta de Providência Literária.¹²

Cabe ainda assinalar que a expulsão da Companhia de Jesus conduziu ao encerramento da Universidade de Évora (que funcionava sob o abrigo pedagógico dos inicianos). Assim, o ensino superior ficou reduzido à Universidade de Coimbra.¹³ De facto, como se pode verificar em suas reformas educacionais, nos diversos graus de ensino, mas, sobretudo, na universidade, passa a vigorar um método “sintético-demonstrativo”.

Pelo contributo ideológico dos seus textos, destacamos como prenunciadores dessa reforma Luís António Verney (*Verdadeiro método de estudar*, 1746), Cândido Lusitano, pseudónimo do Pe. Francisco José Freire (*Ilustração crítica*, 1750), António Félix Mendes (*Grammatica portugueza da lingua latina*, 1741) e o Doutor António Nunes Ribeiro Sanches,¹⁴ que elaborou as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), onde sugeria a separação total entre a Igreja e o Estado.

¹² São sete os componentes da Junta de Providência Literária, sendo de destacar nomes como o cardeal João Cosme da Cunha, o próprio Marquês de Pombal, o frei Manuel do Cenáculo e Francisco de Lemos Faria. A primeira tarefa a que os elementos da Junta se dedicaram foi a redação de um texto contra os jesuítas, intitulado *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados* (1771). Disponível em: <http://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W_0235_000004#faimg>. Acesso em: 23 jan. 2014.

¹³ Como se sabe, os jesuítas iniciaram o seu ensino público em 1553 (em Lisboa e em Évora). Em Coimbra, a Companhia de Jesus já possuía o Colégio de Jesus, no qual se davam aulas de carácter privado.

¹⁴ António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), judeu nascido em Portugal, aos 16 anos, foi estudar Filosofia com os jesuítas em Coimbra, mas trocou a Filosofia pela Medicina. Em 1719, deixa Coimbra e matricula-se na

A maior influência nesse processo de inovação pedagógica foi o oratoriano Luís António Verney¹⁵ (1713-1792), autor de *O verdadeiro método de estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*.¹⁶ Este pode ser considerado como um “manual eclético de lógica, um método de gramática, um capítulo sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todos os tipos de assuntos” (MAXWELL, 2001, p. 28). Publicado pela primeira vez em Nápoles, em 1746, é composto por 16 cartas, dirigidas a um doutor de Coimbra, e dado em oferta aos padres da Companhia de Jesus:

I – Gramática e ortografia da língua portuguesa;

II – Gramática latina;

III – Latinidade;

IV – Grego e Hebraico;

V – Retórica;

VI – Continua o estudo da Retórica;

VII – Poética;

VIII – Lógica;

IX – Metafísica;

X – Física;

XI – Ética;

XII – Medicina;

XIII – Jurisprudência;

Universidade de Salamanca, onde conclui o seu curso de Medicina. Exerce clínica em Portugal. No entanto, por causa da Inquisição, vai para Londres e depois para França. Em seguida, segue para a Holanda e, posteriormente, para a Rússia, onde virá a celebrar-se como “médico dos exércitos” e depois como médico privado da própria Imperatriz Ana Ivanovna. Em 1736, é nomeado médico da Escola Militar de São Petersburgo, facto importante para a história da educação portuguesa e brasileira, pois a Escola Militar serviu de modelo para o seu conceito do Colégio dos Nobres (de Lisboa) e modelo do Seminário de Olinda e do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, no Recife. Após a morte da czarina, Ribeiro Sanches voltou para Paris, onde veio a falecer em 1783.

¹⁵ Luís António Verney nasceu em Lisboa a 23 de julho de 1713. Era filho de Maria da Conceição Arnaut e de Dionísio Verney, de origem francesa, que se estabeleceu em Portugal. Teve, por conseguinte, uma educação à maneira francesa, que repercutiu nos ramos culturais que seriam, mais tarde, os seus. Além dos professores particulares que a sua família lhe proporcionou, estudou no Colégio de Santo Antão e na Congregação do Oratório. Depois, prosseguiu os estudos em Évora. Banha de Andrade (1980) refere que Verney concluiu o curso de Filosofia, recebendo o grau de Bacharel em 1731 e o de Licenciado e Mestre em Artes dois anos depois. Em 1742, o pontífice Bento XIV conferiu-lhe a sinecura de arcediogo no arcebispado de Évora. Depois, partiu para Roma. A pedido de D. João V, Verney iniciou a sua colaboração com o processo de reforma pedagógica em Portugal, fornecendo o seu contributo inestimável para uma maior aproximação ao progresso cultural que animava os espíritos europeus mais progressistas. Entre 1747 e 1750, Verney esteve sujeito a contrariedades: a polémica levantada contra a sua obra, que o obrigava a ripostar em folhetos como *Resposta às reflexões de Frei Arsénio da Piedade*, *Carta do Filólogo de Espanha*, *Parecer do Doutor Apolónio Filomuso* e *Última Resposta*. Morreu em Roma, aos 79 anos, no dia 20 de março de 1792.

¹⁶ Disponível em: <<http://purl.pt/118/4/>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

XIV – Teologia;

XV – Direito canónico;

XVI – Observações várias sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres.

Inicia com uma carta-prefácio redigida em nome de António Balle, o impressor do livro, e é fundamentado numa crítica à orientação escolástica tradicional. Assim, insurge-se contra a Companhia de Jesus, a Inquisição e os procedimentos do Tribunal do Santo Ofício. Conforme assinala Maria Lucília Gonçalves Pires (1991), o que mais impressiona nessa edição é o clima de clandestinidade que envolve o lançamento da obra, que foi publicada anonimamente, por um enigmático Barbadinho da Congregação de Itália. Daí resulta a ideia de ficcionalização da figura do autor, que poderia ser um estrangeiro. De qualquer forma, não deixa de ser invulgar que um autor setecentista tenha necessidade de recorrer ao anonimato.

A obra de Verney assinala a desfasagem cultural entre Portugal e a Europa. Para o autor, a gramática deveria ser ensinada em português, e não em latim. Além disso, Verney foi adepto dos métodos experimentais e se opunha a um sistema de debate baseado na autoridade. Joel Serrão (1989, p. 738) salienta que a obra consiste “numa longa discussão sobre os erros do ensino do português e as maneiras de o corrigir”. Acresce que, segundo Jacinto do Prado Coelho (1978), a principal virtude da obra de Verney reside no modo singular como o autor conseguiu conjugar várias informações nos campos literário, jurídico e filosófico.

No entanto, o que pretendemos enfatizar é que, com as reformas, segundo Cerqueira (2002, p. 16), houve, acima de tudo, uma mudança de pensamento: “o princípio que fundava a consciência de si sob o aristotelismo de origem medieval era a conversão religiosa, enquanto o princípio que passa a fundar a consciência de si sob a filosofia moderna é o *Cogito* cartesiano”. Ou seja, ao suprimir o aristotelismo do ensino, mediante a expulsão dos jesuítas e a reforma da instrução pública, o Marquês de Pombal deu início, na segunda metade do século XVIII, ao processo de modernização cultural do país:

Do ponto de vista filosófico, a modernização na cultura de língua portuguesa supõe a superação do aristotelismo português, como atitude específica, mediante a sua crítica, que é algo que só nas últimas décadas vem sendo feito em Portugal. (CERQUEIRA, 2002, p. 107-108).

Nesta perspetiva de entendimento, Cerqueira sublinha que a moderna forma de pensar não excluiu a religiosidade do seio da cultura portuguesa. Aliás, essa ideia de que não há incompatibilidade entre a “lei de Deus” e as “leis da natureza” é bem visível até mesmo na imprensa portuguesa oitocentista, nomeadamente no artigo “Palestra científica”, da *Revista*

Contemporânea de Portugal e Brasil: “A religião e a ciência. Estes dois grandes resultados não se contrariam, harmonizam-se e reciprocamente se fortalecem” (PIMENTEL, 1859, p. 126).

Outra observação interessante é a de Joel Serrão, assinalando que a reforma pombalina “não eliminou a ação docente da Igreja, quer mediante os colégios de ordens religiosas que não haviam caído em desgraça [...] quer mediante a ação difusa e infusa dos sacerdotes e frades espalhados [...] um pouco por toda a parte” (SERRÃO, 1983, p. 27).

Considerações finais

Inegável é que a modernização portuguesa confunde-se, então, com o espírito do governo de Pombal. Fez parte de um impulso rumo à superação do estado de decadência do século XVII. Ou seja, o processo de modernização – que afeta os dois lados do Atlântico – tem a marca da intencionalidade de Pombal. Depois do encerramento dos colégios dos jesuítas e da proibição do recurso aos seus métodos e recursos pedagógicos, a educação e a forma de pensar passaram por mudanças consideráveis: a moderna sociedade exige um novo homem, que só poderá ser formado por intermédio da renovada educação fundamentada na razão e nas habilidades necessárias ao bom convívio social.

Recebido em março de 2014.

Aprovado em maio de 2014.

The Modernization and Public Education in the second half of the Eighteenth Century

Abstract: This paper covers the modernization of the Luso-Brazilian education which took place in the eighteenth century. This modernization was implemented by the Marquis of Pombal and resulted in, above all, a change in thinking on both sides of the Atlantic.

Keywords: Modernization. Education. Reform. Portugal. Brazil.

Referências

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Verney e a projeção de sua obra*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. Liberdade e modernização no Brasil. *Educação e Filosofia*. Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 27, n. 54, jul./dez. 2013, p. 597-630. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/17826>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COELHO, Jacinto Prado. *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1978.

DOMINGUES, Mário. *Marquês de Pombal: o homem e a sua época*. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas, 2002.

FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. *O mito do Marquês de Pombal*. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Fernando Luís Machado e Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta, 2000.

HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução Ana Bernardo et al. Alfragide: Texto Editora, 2010.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal*. Tradução de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

PIMENTEL, J. Palestra científica. *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Lisboa: Tipografia Franco-portuguesa, abr. 1859, v. 1, p. 126-131.

- PIRES, Maria Lucília Gonçalves. Introdução. In: VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar: cartas sobre a retórica e a poética*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- REAL, Miguel. *Introdução à cultura portuguesa*. Lisboa: Grupo Planeta, 2010.
- REAL, Miguel. *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*. Matosinhos: Quidnovi, 2006.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 16. ed. Mem Martins, Sintra: Publicações Europa-América, 1993.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1987.
- SERRÃO, Joel. *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1989.
- SERRÃO, Joel. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- TOBIAS, José A. *História da educação brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1986.
- VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar: cartas sobre a retórica e a poética*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.